



History of Education in Latin America - HistELA

This work is licensed under a [Creative Commons — Attribution 4.0 International — CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

A militância política como processo formativo na trajetória de Vera Baroni

Militancy as a Political Formative Process in the Trajectory of Vera Baroni

Hemilly Suenny da Silva

Orcid: 0009-0008-8489-0333

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil, Email: hemilly.suenny@ufpe.br

Tayanne Adrian Santana Moraes da Silva

Orcid: 0000-0001-9868-7151

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil, Email: tayanne.morais@ufpe.com

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

Orcid: 0000-0002-5602-8534

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil, Email: raylane.navarro@ufpe.br

DOI: 10.21680/2596-0113.2025v8n1ID42097

Citation: Silva, Hemilly Suenny da; Silva, Tayanne Adrian Santana Moraes da, Barreto, Raylane andreza Dias Navarro. (2025). A militância política como processo formativo na trajetória de Vera Baroni. *History of Education in Latin America - HistELA*, 8(1). Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/42097>

Conflito de interesses: Os autores declaram que não existem interesses concorrentes.

Editora: Olivia Moraes de Medeiros Neta

Recebido: 15/11/2025

Aprovado: 20/12/2025

OOPEN ACCESS

Resumo

O artigo objetiva evidenciar os processos de formação política de Vera Baroni (1945), mulher negra, feminista, ativista dos direitos humanos, advogada sanitária, yabassé e coordenadora da Rede de Mulheres de Terreiro de Pernambuco. Ancora-se na História da Educação e nos estudos interseccionais de gênero e raça, buscamos compreender como sua militância foi construída ao longo do tempo, articulando experiências formais e não-formais de formação, deslocamentos geográficos,

vínculos com o sagrado e sua inserção em diferentes frentes de luta. Realizou-se uma pesquisa documental e bibliográfica e analisou-se os dados que evidenciam a trajetória de Baroni, marcada pela transversalidade entre religiosidade, saberes comunitários e enfrentamento político às estruturas de opressão racial e de gênero.

Palavras-chave: História das Mulheres. Formação política. Movimentos sociais. Feminismo Negro. Vera Baroni.

Abstract

This article aims to highlight the political formation processes of Vera Baroni (1945), a Black woman, feminist, human rights activist, public health lawyer, yabassé (priestess), and coordinator of the Pernambuco Terreiro Women's Network. Anchored in the History of Education and intersectional studies of gender and race, we seek to understand how her activism was constructed over time, articulating formal and non-formal educational experiences, geographical displacements, connections to the sacred, and her insertion in different fronts of struggle. Documentary and bibliographic research was conducted, and data evidencing Baroni's trajectory, marked by the transversality between religiosity, community knowledge, and political confrontation with structures of racial and gender oppression, were analyzed.

Keywords: Women's History. Political Formation. Social Movements. Black Feminism. Vera Baroni.

Introdução

Contribuir para a escrita da história das mulheres constitui uma tarefa desafiadora e politicamente situada. Ao longo do tempo, suas experiências foram marginalizadas por uma historiografia “oficial” moldada por fontes e perspectivas predominantemente masculinas. A presença das mulheres na esfera pública, nesse contexto, foi frequentemente mediada por figuras masculinas, a exemplo de seus maridos, pais e irmãos, de modo que suas trajetórias eram lidas a partir de vínculos familiares, não como agentes históricos autônomas. Como observa Del Priore (2010, p. 217), “[...] o território do historiador manteve-se, durante muito tempo, exclusividade de um só sexo [...]”, quadro que alimentou, por décadas, a falsa ideia de que as mulheres não possuíam uma história própria ou suficientemente relevantes para serem registradas.

A partir dos anos 1980, contudo, historiadores e historiadoras como Joan Scott, Michelle Perrot e Georges Duby passaram a reivindicar novos olhares sobre o passado, inaugurando um campo de investigação que se consolidou como espaço fecundo para narrativas contra-hegemônicas. Ainda assim, é preciso reconhecer as lacunas que persistem, sobretudo no que diz respeito às experiências de mulheres negras, indígenas, ciganas, asiáticas e oriundas das classes populares cujas trajetórias são atravessadas por múltiplas opressões e seguem sub-representadas na produção historiográfica.

No caso das mulheres negras, em particular, o campo de pesquisa, apesar de promissor, ainda enfrenta os efeitos de um imaginário colonial que insiste em representá-las pela via da subalternidade. Como analisa bell hooks (1995), a intersecção entre racismo e sexismo produz uma imagem social da mulher negra como figura destinada ao serviço do outro, reforçando uma desumanização estrutural que atravessa o imaginário coletivo. Essa sobreposição de opressões intensifica a marginalização dos sujeitos femininos negros e dificulta que suas contribuições sejam valorizadas como parte legítima dos processos históricos.

É na contramão dos processos de invisibilização que sujeitos como Vera Regina Paula Baroni se firmam e resistem nos espaços públicos. Vera Regina Paula Baroni, que nasceu em 1945 no Rio de Janeiro, construiu uma trajetória marcada pela defesa dos direitos das mulheres negras e pelo enfrentamento ao racismo, com expressiva atuação em diferentes movimentos sociais, conselhos públicos e organizações civis. Técnica em enfermagem e advogada sanitaria, dedicou-se à luta pela equidade no campo da saúde e pela promoção da igualdade racial, destacando-se, entre outras frentes, por sua participação no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPiR)ⁱ, entre os anos de 2010 e 2012.

A partir do estudo de sua trajetória de militância, este artigo tem como objetivo evidenciar os processos de formação política de Vera Baroni enquanto feminista negra, ativista dos direitos humanos, yabasséⁱⁱ, advogada sanitaria e coordenadora da Rede de Mulheres de Terreiro de Pernambuco, prescrutando elementos formativos de militância desde a juventude até os dias atuais.

Embora este estudo não se restrinja à formação escolar ou acadêmica de Vera Baroni, é relevante destacar os espaços institucionais que compõem sua trajetória educativa, considerando o impacto direto dessas formações em sua atuação política e comunitária. Vera formou-se técnica em Enfermagem (1972) e graduou-se em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (1991), com especializações em Direito do Trabalho (Universidade Católica de Pernambuco, 1992), Relações do Trabalho e Negociações (Universidade de Pernambuco, 1994), Direito Administrativo e Constitucional (Universidade Federal de Pernambuco, 2000), Direitos Humanos (Universidade Federal da Paraíba, 2004) e Saúde Coletiva (Universidade Federal da Bahia, 2006). Como relatou em entrevistas ao SOS Corpo (2012) e ao projeto Aye Antropologia (2023), tais escolhas foram orientadas pela busca de ferramentas que viabilizassem a defesa de populações vulnerabilizadas em qualquer parte do Brasil.

A análise aqui empreendida parte da compreensão de que a mobilidade de Vera entre sindicatos, associações civis, movimentos populares e espaços religiosos não apenas ampliou seu repertório intelectual e cultural, como também favoreceu a articulação com diferentes sujeitos na defesa dos direitos de trabalhadores, de pessoas negras e dos povos de terreiro. A interação constante com outras mulheres negras — cujas trajetórias são singulares, mas atravessadas por desafios estruturais comuns — revela que sua militância foi construída de forma coletiva, sustentada por redes de apoio e parte de um processo de interação política, afetiva e espiritual.

Para tanto, adotamos a pesquisa documental, conforme proposta por Cellard (2008), que destaca a importância de identificar e interpretar criticamente os documentos como forma de compreender processos históricos e os sujeitos neles implicados. Com base nesse enfoque, realizamos levantamento no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE)ⁱⁱⁱ, onde localizamos o processo judicial movido contra Vera Baroni pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), durante o Regime Civil-Militar (1964–1985), bem como seu processo de indenização, fundamentado na Lei da Anistia (1979)^{iv}. Complementarmente, incorporamos entrevistas e matérias produzidas pelo SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia (2012)^v e pelo projeto Aye Antropologia (2023)^{vi}.

Aliada à pesquisa documental, realizamos uma investigação bibliográfica ancorada em autoras que abordam, sob uma perspectiva interseccional, a experiência de mulheres negras no Brasil. As contribuições de Sueli Carneiro (2002; 2003) foram fundamentais para tensionar leituras homogeneizantes da resistência política, evidenciando tanto o caráter estrutural das opressões quanto os saberes produzidos nas margens do discurso dominante.

Teoricamente, o estudo ancora-se no conceito de formação proposto por Pierre Dominicé (1988), articulado à concepção de educação não-formal de Maria da Glória Gohn (2006). Enquanto Dominicé compreende a formação como resultado de experiências vividas em diferentes contextos, Gohn valoriza os espaços não-escolares vinculados à militância, à comunidade e à organização popular. A interlocução entre esses referenciais possibilita visualizar a formação política de sujeitos como Vera Baroni para além da lógica institucional e escolar, bem como estes são continuamente forjados nos entrecruzamentos entre o pessoal e o coletivo, o político e o espiritual.

A análise da trajetória de Vera Regina Paula Baroni, mulher negra cuja atuação política atravessa os campos da saúde, do direito, das lutas feministas e das tradições de matriz afro-brasileira, permite ampliar os contornos da historiografia sobre as mulheres na Ditadura Civil-Militar, ao evidenciar modos de formação política que escapam aos marcos tradicionais da escola ou da universidade, sem deles se apartar completamente. Sob a lente da História da Educação, esses percursos tensionam a lógica excludente da história oficial e deslocam as fronteiras do que se reconhece como educativo, reafirmando o papel das mulheres negras como produtoras de saberes e também como protagonistas de processos formativos em contextos autoritários.

Vera Baroni: formação política e ações de resistência

Vera Regina Paula Baroni é a filha mais velha de quatro irmãos, nascida no seio de uma família da classe trabalhadora, composta por sua mãe, Salustiana Paula dos Santos, lavadeira baiana, e por seu pai, Geraldo Roberto dos Santos, policial natural de Minas Gerais. Mulher negra, forjada nas intersecções entre os espaços institucionais de ensino e as lutas cotidianas por justiça social, Vera construiu sua trajetória marcada pela militância nos movimentos sociais, na organização de comunidades de base e em diferentes experiências educativas. Por sua atuação, foi alvo de episódios de racismo, além de ter sido presa e perseguida durante o Regime Civil-Militar. Sua história é também atravessada por vínculos com o sagrado — desde sua relação com a Igreja Católica, na juventude, até sua iniciação no Candomblé, já adulta — afirmando uma identidade negra ancorada nos saberes ancestrais da afro-religiosidade.

Seu percurso escolar teve início no Colégio do Educandário Ruy Barbosa, no Rio de Janeiro, entre 1959 e 1965. Durante a juventude, esteve engajada nas atividades da Igreja Católica, participando de diversas organizações religiosas. Dentre elas, destacam-se as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)^{vii} e a Cruzada Eucarística^{viii}. Foi, no entanto, a partir de sua inserção na Juventude Operária Católica (JOC) que Vera Baroni passou a desenvolver uma consciência crítica sobre sua posição social e identitária (Baroni, 2012).

No Brasil, a JOC foi criada com o intuito de aproximar a doutrina católica da juventude trabalhadora, promovendo debates sobre as condições de vida e trabalho da classe operária. Conforme analisa Mattos (2009), o movimento adotava o método “Ver, Julgar e Agir”, que consistia em observar a realidade concreta, interpretá-la à luz do evangelho e propor ações transformadoras. Após o golpe civil-militar de 1964, a JOC passou a ser vista como uma ameaça pelo regime, em razão de sua capacidade de mobilizar jovens em torno de pautas sociais e ações políticas, sendo alvo de perseguições sistemáticas (Mattos, 2009).

No ano de 1962, aos 17 anos, motivada pelo desejo de promover o acesso à educação entre os setores populares, Vera iniciou seu trabalho com a alfabetização de adultos — marco inicial de sua trajetória como defensora dos direitos humanos. Frequentadora das missas no Colégio Sion, tradicional instituição voltada à elite feminina carioca, Vera articulou com as freiras da escola a liberação de uma sala para ministrar aulas de alfabetização para trabalhadores e trabalhadoras da classe popular. A iniciativa inspirava-se no modelo das escolas radiofônicas^{ix}, e visava ampliar o alcance da educação básica (Baroni, 2012; 2023).

Ainda em 1962, atuou como monitora de uma turma de jovens e adultos por meio do rádio, utilizando o método de alfabetização proposto por Paulo Freire. Essa pedagogia, centrada nas experiências e saberes dos sujeitos, permitia que o processo de aprendizagem se conectasse com a realidade concreta dos alunos (Silva, 2022). Vera era responsável por uma turma de 60 pessoas, majoritariamente migrantes nordestinos empregados na construção civil e no trabalho doméstico (Baroni, 2023). Esses sujeitos faziam parte do fluxo migratório advindo do êxodo rural que, nas décadas de 1950 e 1960, deslocou milhares de pessoas do Nordeste para o Sudeste, impulsionados por fatores como as secas recorrentes, o avanço da urbanização e o processo acelerado de industrialização (Silva, 2021).

Além do contato com o método de Paulo Freire, o convívio com esses trabalhadores despertou em Vera uma admiração particular pelo povo pernambucano, especialmente pelos recifenses, cuja expressiva valorização da cultura popular chamava sua atenção (Baroni, 2012; 2023). Já familiarizada com nomes como o paraibano Jackson do Pandeiro e o pernambucano Luiz Gonzaga, Vera passou a estreitar seus vínculos afetivos e políticos com a cultura nordestina, o que viria a marcar seus futuros deslocamentos geográficos e compromissos militantes. Assim rememorou:

Ficava admirada especialmente com a forma como o pernambucano falava de sua terra, da saudade que sentia das manifestações e do fazer cultural. No Rio de Janeiro, terminavam isolados nas obras, eram desrespeitados, chamados de paraíba. Na escola, se sentiam bem (Baroni, 2023).

Além de seu trabalho como alfabetizadora, Vera Baroni ajudou a fundar um clube voltado à oferta de atividades de lazer para os alfabetizandos, sujeitos que, imersos em jornadas exaustivas, careciam de opções de entretenimento e espaços de convivência digna. A reivindicação por uma sala no Colégio Sion e a atuação como monitora nas aulas de jovens e adultos (EJA) demonstram sua convicção de que a educação é um direito fundamental da classe trabalhadora. O clube, por sua vez, evidencia como Vera também compreendia o lazer como um direito historicamente negado às camadas populares, reforçando sua visão sobre dignidade e justiça social.

Foi no contexto dessas atividades que conheceu o padre operário francês Paul Gauthier^x, que a convidou a participar do projeto Companheiros e Companheiras de Jesus Carpinteiro, voltado à formação política de base durante o Regime Civil-Militar. Entusiasmada com a proposta, Vera mudou-se para Vitória (ES), em 1966, iniciando uma trajetória de mobilidade por diferentes estados brasileiros. Esse deslocamento, como já mencionado, ampliou seu repertório cultural e fortaleceu sua compreensão crítica das desigualdades regionais.

Durante sua estadia no Espírito Santo, mesmo sendo oriunda de uma escola voltada à elite carioca e com experiência no campo educacional, Vera trabalhou como empacotadora em uma empresa de refino de açúcar. Esse episódio revela uma vivência concreta no chão da fábrica, onde enfrentou as condições de trabalho marcadas pelo cerceamento da organização sindical. Trata-se de um

entrecruzamento entre as dimensões profissional, política e formativa: a trabalhadora militante se vê imersa na dureza do trabalho operário, experiência esta que aprofundou sua sensibilidade diante das múltiplas frentes de opressão que havia começado a perceber desde sua atuação na Juventude Operária Católica.

A leitura dessa experiência sob a lente de Maria da Glória Gohn (2006) permite compreender tais vivências como práticas de educação não formal, cuja potência reside na construção coletiva de saberes e no engajamento político. Ao atuar como alfabetizadora, militante, trabalhadora e liderança religiosa, Vera transitou por territórios educativos que extrapolam a escola, mas que foram, ainda assim, profundamente formadores. Nessas práticas, a aprendizagem não se dava apenas pelo conteúdo, mas pela convivência com o outro e pelo compromisso ético com a transformação social.

Seus espaços de sociabilidade e articulação política se estendiam também ao ambiente doméstico. No Espírito Santo, Vera dividia sua casa com Cláudia, uma francesa que estabelecera vínculos com a comunidade local e, mesmo com cautela, abordava temas ligados às vulnerabilidades políticas e sociais que atingiam os trabalhadores (Baroni, 2012). Esses espaços de convivência íntima se constituíram como territórios políticos nos quais o debate e a reflexão sobre a ordem vigente ganhavam forma, cenário considerado perigoso pelos militares.

Segundo Vera, após o golpe de 1964, muitos militantes católicos ainda alimentavam a expectativa de uma possível revolta popular que pusesse fim ao regime. No seio da juventude católica a que pertencia, emergiram divergências sobre os rumos do país: havia quem visse a industrialização, sobretudo em São Paulo, como caminho para o desenvolvimento, enquanto outro grupo, do qual Vera era partidária, defendia que o Brasil seguiria sendo majoritariamente agrário por longo período, com atenção especial à realidade nordestina. Esse entendimento, aliado às tensões internas da juventude católica e ao contexto político do período, contribuiu para sua decisão de se deslocar para o Nordeste, onde identificava uma realidade que exigia maior atenção e engajamento político.

Em 1968, aos 23 anos, Vera mudou-se para Recife como integrante da Comunidade Companheiros de Jesus, estabelecendo-se inicialmente no bairro comunitário de Brasília Teimosa, zona sul da cidade. Permaneceu por pouco tempo, transferindo-se em seguida para o município de Alhandra, no litoral sul da Paraíba — região marcada por intensos conflitos rurais e disputas políticas. Sobre esse período, Vera afirma:

[...] o desejo de mudança da sociedade fazia com que a gente vivesse uma utopia tão mergulhada na realidade, tão fundamentada no evangelho, que a gente sabia que vivia num regime de exceção, mas não aquilatava o risco que corria (Baroni, 2012).

A trajetória de Vera Baroni, tal como apresentada até aqui, evidencia uma compreensão ampliada do que constitui o processo formativo. Para além dos marcos escolares, sua formação se deu de forma contínua, articulando saberes vividos em espaços religiosos, comunitários, profissionais e militantes. Conforme propõe Pierre Dominicé (1988), a formação é um processo construído nas interações entre sujeitos, instituições e experiências de vida. A presença de Vera em espaços como a JOC, as comunidades de base, as fábricas, as periferias e os territórios de migração operária revela uma pedagogia encarnada no cotidiano, o que em nossa análise se constitui como uma formação forjada na ação, na escuta e no enfrentamento.

Movida por ideais de justiça social e por uma fé comprometida com os princípios católicos, Vera Baroni tinha em conta os riscos que enfrentava sob o regime repressivo instaurado a partir de 1964. Ainda assim, como indica sua narrativa, o desejo de transformação da realidade a impeliu a adotar uma postura de resistência que, por

vezes, se sobrepunha ao medo. Mulher negra, oriunda da classe trabalhadora, Vera compunha a massa “indigesta e polimorfa” de sujeitos considerados subversivos pelo Regime Civil-Militar. Sua atuação política se dava, sobretudo, na crença de que a educação popular poderia operar como instrumento de combate às desigualdades estruturais.

No final de 1969, essa militância custou-lhe a prisão. Vera foi detida junto a um grupo de jovens da Pastoral da Juventude, ligada a Dom Helder Câmara, por se reunirem em uma praia para ler o evangelho (Brasil, 2009, p. 52). Para os agentes da repressão, qualquer reunião, mesmo pequena, que envolvesse leitura e organização coletiva era imediatamente associada à subversão. Tal concepção era alimentada pelo forte sentimento anticomunista disseminado pelo regime, segundo o qual a presença de comunistas era identificada com desordem moral, decadência e perversão, conforme analisado por Rodrigo Patto Sá Motta (2021).

Esse episódio expõe a contradição entre o discurso cristão hegemônico e as práticas da ala progressista da Igreja Católica, que atuava junto às camadas populares. Se, por um lado, o cristianismo era utilizado por setores conservadores como legitimador do regime, por outro, tornava-se território fértil de resistência entre militantes que associavam fé e justiça social. O incômodo das autoridades, portanto, não residia na leitura do evangelho em si, mas no potencial transformador dessas práticas, quando realizadas em espaços coletivos e articuladas a uma crítica à ordem vigente. A repressão sofrida por Vera evidencia o alargamento do escopo persecutório do regime, que passou a atingir inclusive sujeitos religiosos engajados.

Ainda que integrasse um grupo cristão, Vera foi abordada por soldados, teve seus pertences confiscados e foi levada à delegacia. Posteriormente, foi transferida para a Polícia Civil e, em seguida, para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), no Recife. As transferências ocorreram de forma abrupta e sem comunicação com familiares, sob intensa pressão psicológica. Embora não tenha sofrido tortura física, sua narrativa revela os traumas provocados pela vigilância constante e pelo medo da delação:

[...] eles não nos deixavam em paz nem no sanitário. Colocaram um enorme espelho, que os permitia nos observar, sem sabermos... só depois no segundo dia de prisão foi que percebi o espelho. Foi horrível" (Brasil, 2009. p. 52).

Durante a detenção, Vera foi levada a seu apartamento sem ser informada do destino, e acompanhou a busca minuciosa feita pelos policiais. A tensão foi agravada pela existência de uma carta comprometedor, cujo conteúdo poderia colocar outras pessoas em risco. Assim rememorou o episódio:

Pensei que eles iriam me matar, me colocaram no camburão e quando eu vi que a intenção deles era vasculhar o apartamento, meu pavor aumentou mais ainda, pois lá existia uma carta que comprometeria muitas pessoas... o maior desespero de alguém é ficar apavorada e ter que disfarçar o terror, porque eles poderiam desconfiar de algo. Era um desespero duplo. Até hoje tenho dificuldades em escrever cartas. Acho que isso se deve a esse episódio (Brasil, 2009. p. 52).

Ao ocupar espaços de organização popular e sustentar um posicionamento político contrário às normas estabelecidas pelo regime, Vera tornou-se, aos olhos do regime, um sujeito a ser neutralizado. Nesse sentido, sua trajetória como mulher negra subversiva revela um aspecto central da repressão: a especificidade da violência dirigida às mulheres. Para além da prisão, elas eram alvo de estratégias misóginas e humilhações sexistas, com suas ações políticas frequentemente deslegitimadas por meio da associação à desordem moral, ao desvio sexual ou à ruptura com os papéis femininos tradicionais.

Segundo a historiadora Ana Maria Colling (1997), a participação de mulheres nos movimentos políticos durante o regime representava um duplo gesto de transgressão, pois, além de confrontarem a ordem autoritária vigente, desafiavam os papéis de gênero socialmente atribuídos às mulheres, sobretudo por meio da figura da “dona de casa”. Como registra a Comissão Nacional da Verdade (2014), elas ousaram abandonar os lugares de esposa e mãe para adentrarem um campo historicamente reservado aos homens: o da política.

Essa ruptura com as expectativas sociais também é destacada por Maria Amélia Teles (2017), para quem a insurgência feminina diante da ditadura incomodava profundamente os militares, que esperavam que elas fossem submissas, apolíticas e fáceis de controlar. A recusa em ocupar esse lugar esperado fazia dessas mulheres — e, de forma ainda mais incisiva, das mulheres negras — alvos privilegiados da repressão, pois desestabilizavam o modelo autoritário e patriarcal de poder.

Vera Baroni é exemplo essa transgressão. Apesar dos traumas provocados pela prisão e pela vigilância, ainda hoje atualizados em sua memória, como o medo de escrever cartas, sua militância não foi interrompida. Ao contrário, ganhou novo fôlego nos anos finais da década de 1970 e início dos anos 1980, quando o Brasil vivia uma efervescência política impulsionada pelo fortalecimento dos movimentos sociais, pela mobilização em torno da anistia política e pelas pressões em favor da redemocratização do país

Nesse mesmo período de efervescência política e social, as periferias urbanas tornaram-se importantes núcleos de mobilização coletiva. Mulheres reivindicavam a criação de creches que lhes permitissem ingressar no mercado de trabalho, enquanto comunidades locais exigiam melhorias no transporte público e na infraestrutura de saúde (Ferreira, 2012). Fruto de seu tempo e de sua inserção nesses territórios populares, Vera Baroni se colocou ativamente nesses espaços de luta, especialmente por meio da atuação sindical e da defesa dos direitos das mulheres, em especial das mulheres negras.

O caso de Pernambuco apresenta particularidades que merecem destaque. Enquanto em muitos estados brasileiros o sindicalismo era liderado por trabalhadores do setor industrial, em Pernambuco destacaram-se categorias como educação e saúde, cujos profissionais passaram a adotar posturas combativas frente ao autoritarismo. Professores e professoras de instituições públicas e privadas também desempenharam papel fundamental na articulação de demandas por condições de trabalho mais justas e maior autonomia sindical (Ferreira, 2012).

A partir de 1974, as mobilizações tornaram-se mais intensas, dificultando o controle estatal sobre a crescente insatisfação popular. Nesse contexto, emergiram os chamados Movimentos de Bairro, entendidos como formas de organização coletiva protagonizadas por moradores das periferias urbanas, majoritariamente de baixa renda. Reivindicavam melhorias nas condições de vida, acesso a serviços públicos e participação política, com significativo apoio da ala progressista da Igreja Católica em Recife (Albuquerque, 2006).

Foi nesse cenário que Vera Baroni, já atuando como técnica em enfermagem, intensificou sua participação no movimento sindical. Filiou-se ao Sindicato de Trabalhadores de Enfermagem e, em 1980, passou a integrar a Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), que defendia a autonomia dos movimentos frente aos interesses estatais e partidários. Essa articulação, posteriormente, contribuiu para a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da qual Vera participou em encontros realizados no Recife. Dentro do sindicato, liderou a proposta de criação da Secretaria de Mulheres, pautando a

importância de espaços específicos para a luta feminista no interior das estruturas sindicais.

A gente brigou tanto! E a gente tinha de ir aos encontros, tinha de fazer a luta no sindicato e se afirmar como mulheres que estavam transformando a sociedade – e isso, para nós, era ser feminista, mas tínhamos de lutar dentro das outras categorias para fortificar aquelas mulheres que estavam lá e que nem tinham coragem de peitar os homens. Eu era dirigente sindical, então tinha peso para peitar. Eu tinha mais poder. Aí eu me aliava a algumas de outros sindicatos para a gente poder enfrentar (Baroni, 2012).

Outro desdobramento importante de sua trajetória política foi sua inserção nas disputas eleitorais. Vera Baroni candidatou-se a vereadora do Recife em 1988 e, posteriormente, à deputada estadual em 2002, ambas as candidaturas pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1988, obteve uma votação expressiva, mas não se elegeu devido às exigências do quociente eleitoral; já em 2002, enfrentou sérias dificuldades com a distribuição do material de campanha, o que comprometeu a visibilidade de sua candidatura. Essas tentativas eleitorais revelam não apenas seu compromisso com a transformação social por dentro das instituições, mas também evidenciam os obstáculos enfrentados por mulheres negras na disputa por esses espaços. As dificuldades com a visibilidade da candidatura, a escassez de recursos e a ausência de apoio estrutural, por exemplo, expõem como candidaturas negras — sobretudo de mulheres — são frequentemente marginalizadas, especialmente quando articulam pautas que desafiam estruturas consolidadas de poder.

Sua narrativa evidencia não apenas sua consciência feminista em construção, mas também o reconhecimento da desigualdade interna aos próprios movimentos sociais onde as mulheres, sobretudo as negras, precisavam afirmar sua legitimidade e disputar protagonismo. Moradora do bairro do Córrego do Jenipapo^{xi}, na periferia do Recife, Vera também percebia de forma concreta as carências que afetavam diretamente as mulheres da comunidade. A ausência de hospitais, farmácias e serviços básicos de saúde levaram-na a transformar sua própria residência em uma espécie de posto de saúde informal.

Naquele período, trabalhava como técnica em enfermagem no Hospital da Restauração, passando a ser procurada pelos vizinhos para realizar curativos, orientar o uso de medicamentos e oferecer escuta. Como ela mesma relata, tornou-se uma referência de saúde no bairro (Baroni, 2012, p. 18). Esse reconhecimento não se restringe ao campo da assistência, mas revela o caráter político e educativo da atuação comunitária de Vera, tendo em vista que desenvolveu um exercício cotidiano de cuidado que contribuiu para sua formação como liderança.

Esse processo formativo, marcado pelo trânsito entre associações, sindicatos, bairros periféricos e secretarias de movimentos populares, mostra como a formação de Vera Baroni ocorreu a partir de múltiplos territórios educativos. Os saberes que mobilizou foram construídos não apenas nos bancos escolares, mas, sobretudo, na escuta atenta das necessidades coletivas. Tais experiências, ainda que situadas fora dos muros das instituições escolares, operaram como práticas de educação política forjada na luta por direitos, na partilha e no cuidado.

Essa trajetória marcada por experiências de educação não-formal não exclui, tampouco contradiz, a formação institucional de Vera Baroni. Ao contrário, sua formação acadêmica se alia às práticas populares que compõem seu percurso de militância, funcionando como instrumento estratégico de atuação. Primeiro, a educação básica lhe permitiu atuar como alfabetizadora de jovens e adultos; depois, a formação em Enfermagem contribuiu para sua atuação como referência comunitária

em saúde; por fim, a graduação em Direito, obtida na Universidade Católica de Pernambuco, ampliou seu entendimento sobre os marcos legais que estruturam a vida em sociedade, sobretudo no que diz respeito à garantia de condições dignas de existência em um país em processo de redemocratização.

Talvez como consequência dos cruzamentos entre o saber acadêmico e a experiência popular, Vera passou a direcionar atenção cada vez maior à condição das mulheres negras. Sua aproximação com o movimento feminista se consolidou por meio do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, fundado em 1981 no Recife. Com foco no fortalecimento da organização política de mulheres inseridas em sindicatos, bairros populares e espaços periféricos de articulação, o SOS Corpo ofereceu a Vera um ambiente propício à reflexão sobre as tensões internas ao próprio feminismo. Nesse espaço, sua militância feminista ganhou forma concreta ao lado de outras mulheres que, como ela, buscavam apoiar companheiras ainda silenciadas ou hesitantes em desafiar o patriarcado, sobretudo nos meios sindicais.

Esse processo culminou em sua participação ativa no Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE)^{xii}, fundado em 1989 a partir da articulação entre militantes de base, acadêmicas, teóricas e lideranças comunitárias. Entre 2002 e 2003, Vera integrou a coordenação do Fórum, contribuindo para pautas como o enfrentamento à violência contra a mulher, o fortalecimento da participação política feminista e a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos.

Foi também no interior desse movimento que Vera reconheceu a ausência — ou, mais precisamente, a sub-representação — das pautas específicas das mulheres negras. O feminismo tradicional, centrado prioritariamente nas questões de gênero, ainda negligenciava as experiências interseccionais marcadas pela articulação entre racismo, sexismo e desigualdade de classe. Sua leitura se aproxima da crítica de Sueli Carneiro (2003), que aponta a insuficiência teórica e prática de um feminismo que não enxerga as estruturas raciais como parte constitutiva das opressões. Assim como Carneiro propõe “enegrecer o feminismo”, Vera compreendia a urgência de ampliar o escopo do debate para incluir as demandas das mulheres negras como eixo estruturante da luta por justiça. Assim analisa:

Na história deste país as mulheres negras não têm... não aparecem nem como sujeitos de construção do conhecimento, muito menos como protagonista[s] da construção de uma sociedade que fosse mais justa e igualitária. Nós não aparecemos, é como se não existíssemos (Baroni em entrevista concedida à Cardoso, 2012).

A partir desse entendimento ampliado sobre as ausências e apagamentos dentro do próprio campo feminista, Vera Baroni, em articulação com outras companheiras de luta, fundou, em 2003, a *Uiala Mukaji – Sociedade de Mulheres Negras de Pernambuco*. A entidade nasceu com o objetivo de dar visibilidade às estruturas de opressão que historicamente marcaram a vida das mulheres negras e, ao mesmo tempo, disputar os espaços de poder que lhes foram negados.

A criação da *Uiala Mukaji* foi fortemente inspirada pela Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, em 2001, da qual Vera participou como representante do movimento de mulheres negras. A conferência, conforme analisa Carneiro (2002), teve como meta central reconhecer os efeitos históricos do racismo e das violências coloniais, fomentar o diálogo entre países e promover os direitos humanos em escala global. A participação de Vera nesse evento internacional representou não apenas um marco em sua trajetória, mas também um momento de inflexão em sua formação política, reforçando a dimensão transnacional e interseccional de sua militância.

Para além da esfera civil, sua atuação no movimento feminista negro reaproximou-a das religiões de matriz afro-brasileira, em especial do Candomblé, com o qual já mantinha vínculos desde a infância. Segundo suas narrativas, aos dois anos de idade enfrentou um problema de saúde caracterizado por lesões cutâneas que não cicatrizavam. Apesar das tentativas de tratamento pela medicina tradicional, foi somente após ser levada por uma tia a um terreiro de Candomblé, aos 15 anos, que encontrou algum alívio, por meio de um ritual de descarrego. Na ocasião, recebeu também a orientação de desenvolver sua mediunidade e dedicar-se ao culto dos orixás (Baroni, 2012; 2023).

Movida por medo, incertezas e pela forte presença do catolicismo em sua formação juvenil, a aproximação efetiva com a espiritualidade afro-brasileira só viria mais tarde, já próxima dos 50 anos, impulsionada por sua militância feminista e, em especial, pelo envolvimento com a *Uiala Mukaji*. Foi nesse reencontro com o sagrado que sua formação como mulher negra ativista se ampliou, fundindo, em uma ótica religiosa diferente, fé e ação política.

Em meio à sua atuação como feminista e liderança comunitária, e já em contato constante com mulheres candomblecistas, Vera Baroni viveu um momento de profunda ressignificação espiritual durante uma edição da Terça Negra^{xiii}, no Pátio de São Pedro, no Recife. Enquanto assistia a uma apresentação de Afoxé^{xiv}, foi chamada ao palco por Maria Helena^{xv} — cantora, percussionista e lyakekerê do terreiro Obá Aganju Okoloyá^{xvi}, também conhecido como Terreiro de Mãe Amara — que, em gesto simbólico, retirou do próprio braço o Idé de Oyá^{xvii} e o colocou no braço de Vera. O gesto a emocionou profundamente (Souza, 2014).

A partir desse encontro com o sagrado, Vera passou a frequentar o Terreiro de Mãe Amara, fortalecendo seus vínculos com o Candomblé e afirmando-se como mulher de terreiro. Esse processo de reconexão espiritual transformou-se também em crítica à estrutura institucional da Igreja Católica, especialmente à sua ala reacionária, que, apesar de pregar compaixão, perpetuava desigualdades raciais e sociais. A partir dessa ruptura, Vera reelaborou seu entendimento sobre fé e militância como dimensões interligadas de sua luta política (Baroni, 2012; 2023).

Hoje, Vera ocupa o cargo de Yabassê^{xviii} no Ilê Obá Aganju Okoloyá, sob orientação de Mãe Amara. Trata-se de uma posição de extrema responsabilidade, ligada à preparação das comidas sagradas, fundamentais nos rituais dedicados aos orixás. A função exige não apenas domínio técnico, mas também um aprendizado que se dá por observação, escuta e memorização — uma forma de formação profundamente ancorada na oralidade e na vivência coletiva (Silva; Barreto, 2023).

A partir das experiências no terreiro, Vera aprofundou seu engajamento no combate às múltiplas opressões que atingem de forma particular as mulheres negras afro-religiosas, combinando o trabalho da *Uiala Mukaji* com sua atuação religiosa. Reconhecendo que essas mulheres enfrentam racismo, sexismo e intolerância religiosa, Vera direcionou sua militância para denunciar essas violências e articular ações coletivas em prol de seus direitos.

Em 2007, como desdobramento dessa trajetória, Vera, ao lado de outras mulheres, fundou a *Rede de Mulheres de Terreiro de Pernambuco*, a primeira iniciativa do tipo no estado. Segundo Meira (2014), trata-se de uma articulação voluntária, sem personalidade jurídica ou vínculos empregatícios, que reúne mulheres de terreiros de diversas denominações dos cultos afro-brasileiros e indígenas. O grupo discute temas políticos, sociais e religiosos a partir de suas vivências compartilhadas, organizando-se em torno de uma Coordenação Colegiada e de um Conselho Religioso. Essas organizações, conforme Meira e Baroni (2010), desempenham papel essencial na luta

por direitos humanos, no enfrentamento ao racismo, na defesa da liberdade de crença e culto, e na promoção da saúde e da dignidade das mulheres de terreiro. Sem sede fixa, os encontros ocorrem de forma itinerante, em roças, barracões e terreiros, fortalecendo os laços entre espiritualidade e ação política.

Ao se organizarem, essas mulheres não apenas preservam saberes tradicionais, mas também desafiam a exclusão social e o racismo estrutural, construindo espaços de resistência, cuidado e empoderamento. A participação de Vera Baroni na criação da Rede teve um impacto decisivo em sua vida: ali, sua espiritualidade encontrou ressonância com sua militância, fortalecendo ambas. Atualmente, ela integra a Coordenação Executiva Colegiada da Rede, com atuação destacada em pautas feministas. A experiência de Vera ilustra, nesse sentido, que a busca por justiça e igualdade é um esforço coletivo, enraizado na escuta, na ancestralidade e na construção de redes. Sua história não apenas enriquece a historiografia sobre mulheres negras no Brasil, mas também oferece elementos para repensarmos a formação política como um processo que articula fé, território, resistência e ação comunitária.

Considerações finais

A partir de uma abordagem interseccional ancorada na História da Educação e na crítica feminista negra, procuramos evidenciar os processos de formação política de Vera Baroni, cujas experiências vividas se deram em meio a experiências comunitárias, religiosas, sindicais e institucionais, que desafiam os limites tradicionais daquilo que se reconhece como espaço formador.

Assim, o conceito de formação, mobilizado a partir de Pierre Dominicé (1988), permitiu interpretar os deslocamentos físicos, simbólicos e políticos de Vera como ações políticas e, por isso, formativas, forjadas na interação com sujeitos, territórios e memórias. Seu percurso evidencia que a formação de mulheres, sobretudo as racializadas, não se dá apenas nos espaços formais de ensino, mas se desenha também nas alianças políticas e espirituais que são tecidas ao longo da vida. No diálogo com Gohn (2006), destacamos que essa educação não-formal tensiona as hierarquias do saber legitimado e expõe os limites da lógica escolarizante da historiografia educacional diante das experiências de mulheres.

A trajetória de Vera Baroni — como a de tantas outras mulheres negras — foi e é atravessada por contradições, tensões e disputas que desafiam interpretações lineares e exigem análises sensíveis aos contextos históricos em que suas experiências se inscrevem. Longe de representar um modelo generalizável, seu percurso de vida revela, em sua singularidade, os desafios, deslocamentos e sentidos atribuídos à formação por mulheres negras em contextos marcados pela opressão. Ao atentar para essas dimensões, a análise aqui desenvolvida não pretendeu oferecer respostas conclusivas, mas indicar caminhos possíveis para uma escuta mais atenta das histórias que, mesmo diante de múltiplos silenciamentos, encontraram modos de se inscrever no tempo.

Nota

ⁱ Criada em 2003 pela Lei nº 10.678, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial tem por objetivo propor políticas nacionais de combate ao racismo, com foco especial na população negra.

ⁱⁱ Yabassé, em um terreiro de Candomblé, é a responsável pelo preparo dos alimentos sagrados (Freire Filho, 2016).

ⁱⁱⁱ Principal arquivo público do Estado de Pernambuco, o APEJE está localizado na Rua do Imperador Pedro II, nº 371, bairro de Santo Antônio, Recife.

^{iv} A Lei da Anistia (Lei nº 6.683/1979) concedeu perdão a crimes políticos e conexos cometidos entre 1961 e 1979, permitindo o retorno de exilados e encerrando processos contra opositores do regime.

^v Organização sem fins lucrativos fundada em 1981 no Recife, a SOS Corpo defende que os movimentos de mulheres são sujeitos políticos capazes de transformar suas condições de vida.

^{vi} Vinculado ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFPE, o grupo atua no campo da antropologia e áreas correlatas, com ênfase nos campos de conhecimentos, meio ambiente, relação humano e não humano, bem como epistemologias que discutem a relação natureza e cultura.

^{vii} Durante o Regime Civil-Militar, as CEBs funcionaram como espaços de leitura crítica da Bíblia, possibilitando que os leigos a interpretassem em diálogo com suas realidades sociais e eclesiais (Schiavo, 2014).

^{viii} A Cruzada Eucarística era uma associação voltada a crianças de ambos os sexos, acessada após a primeira comunhão, com fins de formação religiosa e disciplina.

^{ix} Criadas em 1961, as Escolas Radiofônicas do MEB visavam promover a educação básica de trabalhadores, com ênfase na transformação da realidade.

^x Professor em um seminário em Dijon, leste da França, ficou conhecido nos meios católicos por fundar, entre 1957 e 1958, a companhia “Companheiros e Companheiras de Jesus Carpinteiro”.

^{xi} O Córrego do Jenipapo é um bairro periférico da zona norte do Recife, com histórico de vulnerabilidades urbanas e riscos de deslizamentos durante o período chuvoso.

^{xii} O Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE) é uma articulação feminista, antirracista e anticapitalista que reúne entidades, ONGs e coletivos em defesa dos direitos das mulheres.

^{xiii} Criado em 1998, o projeto Terça Negra é promovido pelo Movimento Negro de Pernambuco e celebra expressões culturais, religiosas e artísticas da população afro-brasileira.

^{xiv} O Afoxé é uma manifestação cultural afro-brasileira ligada ao Candomblé. Reúne cortejo, música e canto em iorubá, especialmente durante o Carnaval, celebrando a ancestralidade africana.

^{xv} Maria Helena, cantora e percussionista, é também uma das fundadoras da Rede de Mulheres de Terreiro de Pernambuco.

^{xvi} Terreiro de tradição nagô localizado no bairro de Dois Unidos, zona norte do Recife, o Ilê Obá Aganjú Okoloyá foi fundado em 1945 por Mãe Amara e tombado como Patrimônio Cultural Imaterial do Recife em 2025 (Diário de Pernambuco, 2025).

^{xvii} Idé de Oyá são braceletes de cobre que integram os símbolos sagrados da orixá Oyá (Iansã), divindade dos ventos, tempestades e transformação, no Candomblé (Silva, 2009).

^{xviii} No Candomblé, a Yabassé é a responsável pelo preparo dos alimentos sagrados, geralmente uma mulher mais velha, detentora de saberes ligados à culinária ritual dos orixás (Freire Filho, 2016).

Referências

- Albuquerque, Juliene. A luta dos movimentos sociais urbanos no Recife: criação e manutenção do prezeis. In: II SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, Londrina. Anais [...]. Paraná: UEL, 2006.
- Baroni, Vera. Quem transforma a sociedade é o povo organizado. [Entrevista cedida a Verônica Ferreira]. *Cadernos de Crítica Feminista*, Ano VI, dez. 2012. Disponível em: <https://soscorpo.org/?p=246>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- Baroni, Vera. Entrevista com Vera Baroni. [Entrevista cedida ao Aye Antropologia]. Recife, 2023. Vídeo (48:59 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fvgtt0LcTwQ>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- Brasil. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- Brasil. Secretaria da Justiça do Estado de Pernambuco. *Processo de Indenização Vera Baroni*, 2009.
- Cardoso, Cláudia Pons. Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. 2012. 383 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- Carneiro, Sueli. A batalha de Durban. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100014>. Acesso em: 10 jun. 2024
- Carneiro, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano. 2003. Cap. 7. p. 49-58.
- Cellard, André. A análise documental. In: *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 295-316.
- Colling, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- Del Priore, Mary. História das Mulheres: As vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

-
- Diário de Pernambuco. Terreiro de Mãe Amara é Patrimônio Cultural Imaterial do Recife. Recife, 22 fev. 2025. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2025/02/terreiro-de-mae-amara-e-patrimonio-cultural-imaterial-do-recife.html>. Acesso em: 27 maio 2025.
- Dominicé, Pierre. O processo de formação e alguns dos seus componentes relacionais. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Orgs.). *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde, 1988, p.157.
- Ferreira, Rafael Leite. *O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências*. Recife: Editora UFPE, 2012.
- Freire Filho, Sinvaldo de Luna. *Modernidade versus tradição: em torno da leitura da comida sagrada dos orixás nas religiões afro-brasileiras em João Pessoa-PB*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
- Gohn, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006, São Paulo. *Anais...* São Paulo: [s.n.], 2006.
- HOOKS, bell. Intelectuais Negras. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis v.3, n.2, p.464-478, 1995.
- Mattos, Raimundo César de Oliveira. A juventude operária católica. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 1–15, 2009. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/151>. Acesso em: 16 jun. 2025.
- Meira, Fernanda. *Afirmção da identidade religiosa e constituição do sujeito político das mulheres de terreiro de Pernambuco*. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
- Meira, Fernanda; BARONI, Vera. *Obirin N’Ilê: a expressão coletiva de nossas necessidades*. Recife: Instituto Social Brasil África (ISBA), 2010.
- Motta, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- Schiavo, Reinaldo Azevedo. Comunidades Eclesiais de base e ditadura militar no Brasil: Reflexões sobre uma memória cinquentenária. *Revista Ciências da Religião – História e Sociedade*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 91 - 116, 2014. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/view/7522>. Acesso em: 9 set. 2024.
- Silva, Sara Jane da. O canto de Oyá no Candomblé Keto: um estudo dos aspectos culturais e etnomusicológicos. 2009. 140 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

-
- Silva, Cátia Aparecida Fialho da. Macabéa: o retrato de um nordeste minorizado. *Perspectivas Sociais*, Pelotas, v. 6, n. 1, p. 111 - 135, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/percsoc/article/view/20197>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- Silva, Edineide Maria da. O método Paulo Freire e a sua importância para a alfabetização de jovens e adultos. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2022.
- Silva, Tayanne Adrian Santana Moraes da; BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. A formação pela experiência: o caso da primeira ialorixá do Terreiro da Nação Xambá (PE). *Educação e Formação*, [S. l.], v. 8, p. e11423, 2023. DOI: <https://doi.org/10.25053/redufor.v8.e11423>. Acesso em: 27 maio 2025.
- Ssp/Dops/Apeje. *Prontuário individual*: Vera Regina Baroni. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE, Recife. Consulta realizada em 15 maio de 2025.
- Teles, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 1001–1022, set. 2015.

Contribuição dos autores

Hemilly Suenny da Silva: escrita e pesquisa

Tayanne Adrian Santana Moraes da Silva: escrita e supervisão

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto: orientação e revisão.